

Resumo das análises de Hume da gênese da ideia de conexão necessária

(Notas de aula, 2000/2021)

Silvio Seno Chibeni

(Os trechos em **negrito** sumarizam os pontos principais.)

Tratado da Natureza Humana 1.3.14: Da ideia de conexão necessária.

Havendo já explicado a maneira em que raciocinamos além das impressões imediatas e concluímos que tais causas devem ter tais efeitos, Hume examinará agora qual é nossa ideia de *necessidade*, quando dizemos que dois objetos estão necessariamente conectados.

Essa necessidade é sempre atribuída aos objetos que consideramos associados pela relação de causa e efeito. Inspecionando dois objetos assim associados, percebemos que são *contíguos* no espaço e no tempo, e que aquele que chamamos causa *precede* o que chamamos efeito. Além dessas duas circunstâncias, não podemos perceber nenhuma outra, nos casos *individuais* de causas e efeitos.

É somente quando *vários casos similares* são considerados que uma nova impressão surge: a da *determinação* que temos para inferir um objeto a partir da observação do outro. É dessa impressão que deriva a ideia de necessidade ou poder, conforme Hume explicará *detalhadamente mais adiante*. Antes, porém, prepara o terreno com a exposição de diversos tópicos associados.

1. Os termos *eficácia, agência, poder, força, energia, necessidade, conexão e qualidade produtiva* são aproximadamente sinônimos, de modo que não se pode definir qualquer deles por meio dos demais, como se faz vulgarmente.
2. A explicação da origem da ideia de poder fornecida por Locke não é aceitável. (Segundo esse filósofo, ela seria obtida raciocinando-se sobre a observação das diversas novas produções na matéria.) Todavia, a razão é incapaz de produzir ideias originais, como o próprio Locke, aliás, sustentava. Depois, a razão nunca pode nos levar a concluir que todo começo de existência há de ter uma causa (cf. seção 3).
3. Como a ideia de eficácia ou poder não pode provir da razão, tem de derivar da experiência. Temos, pois, de encontrar uma produção natural por meio da qual a operação e poder de uma causa sejam claramente concebidos e compreendidos pela mente.
4. As propostas da filosofia Antiga e Medieval, que apelam a princípios tais como formas substanciais, matéria etc. também devem ser rejeitadas. Tais princípios não se reduzem a nenhuma propriedade conhecida dos corpos, sendo totalmente ininteligíveis e inexplicáveis. Essa circunstância, aliás, reforça a suspeita de que a ideia de poder não deriva daquilo que se observa nos corpos, pois do contrário os filósofos jamais teriam recorrido a tais noções obscuras.
5. Diante disso, filósofos modernos concluíram que a eficácia última da Natureza é completamente desconhecida. A tese cartesiana, desenvolvida por Malebranche, de que a matéria é destituída de todo poder, é analisada brevemente por Hume. Segundo essa tese, Deus seria não apenas a fonte última de todo o poder, mas também sua fonte imediata.

Hume objeta que assim como os defensores dessa posição inferem que a matéria é desprovida de poder a partir do fato de que não nos é possível descobri-lo nela, teriam que concluir também que a própria Divindade não possui poder algum, visto que nós não conhecemos o poder divino. Esta última afirmação assume que: i) a doutrina das ideias inatas já foi refutada; e ii) que não podemos formar a ideia de poder por nossas próprias faculdades, observando os corpos e nossa mente.

6. Em um trecho acrescentado no Apêndice, Hume rejeita, de forma análoga, que a ideia de poder provenha da observação de *casos individuais das operações da mente* sobre os corpos ou sobre as ideias. A maneira pela qual essas operações se realizam é-nos inteiramente incompreensível, e sem a experiência jamais poderíamos saber que a mente tem alguma influência sobre o corpo ou sobre as ideias.
7. Também não se pode manter que, a despeito de não encontrarmos a impressão de poder nos corpos que examinamos, possuímos uma *ideia geral de poder*. Isso iria contra o nominalismo, que Hume afirma “já haver sido estabelecido como um princípio certo”. Segundo tal doutrina, as ideias gerais ou abstratas não passam de ideias particulares tomadas sob uma certa luz. Assim, se ideias particulares de poder não provêm da observação dos corpos, tampouco a ideia geral de poder daí deriva.

A conclusão parcial alcançada a partir desses pontos é que “quando falamos da conexão necessária entre objetos, e supomos que tal conexão depende de uma eficácia ou energia que tais objetos possuem, todas essas expressões, *aplicadas deste modo*, na verdade não possuem nenhum sentido distinto; empregamo-las como palavras comuns, sem ideias claras e determinadas.”

Note-se que Hume não está afirmando que as palavras *poder*, *eficácia* etc. são *completamente* sem sentido, mas apenas que não possuem, quando aplicadas de forma *realista*, um significado *distinto*. Imediatamente após o trecho citado, prossegue: “Mas como é mais provável que essas expressões percam aqui o seu significado verdadeiro, ao serem *aplicadas erradamente*, do que não tenham nenhum significado, será apropriado considerar a questão sob um outro ângulo, para ver se podemos descobrir a natureza e a origem das ideias que a elas anexamos.”

O significado realista da palavra ‘poder’ seria, pois, obscuro, incerto, “errado”; seu verdadeiro significado remete a algo que ocorre no plano de nossas percepções, conforme se explicará agora.

Se não observássemos senão casos singulares da conjunção de objetos, jamais seríamos capazes de formar as ideias de causa e efeito. Quando diversos casos semelhantes se nos apresentam, porém, “imediatamente concebemos uma conexão” entre os objetos. “Essa multiplicidade de casos semelhantes constitui, pois, a própria essência do poder ou conexão, e é a fonte da qual sua ideia surge.”

Todavia, a *mera* repetição das ocorrências similares não pode dar origem diretamente a uma ideia original, como a de poder: a repetição tem de *produzir* ou *descobrir* algo novo, que seja a fonte dessa ideia.

Agora é evidente que a repetição de objetos semelhantes em relações semelhantes de contigüidade e sucessão não *descobre* nada de novo em nenhum deles. Também é certo que ela não *produz* nada nesses objetos, já que os vários casos são independentes entre si. Logo, as ideias de necessidade, poder e eficácia “não representam nada que pertença ou possa pertencer aos objetos que estão constantemente conjugados.”

No entanto, “a observação dessa semelhança [dos vários casos de conjugação de objetos] produz uma nova impressão *na mente*”. Tal impressão é a da “determinação da mente de passar de um objeto para o seu acompanhante usual”, e constitui o “modelo real” da ideia de

poder ou necessidade. “A necessidade é, assim, o efeito dessa observação, e não é nada senão uma impressão interna da mente”. A ideia de necessidade surge, pois, de uma “impressão de reflexão”. “No fim das contas, necessidade é algo que existe na mente, não nos objetos; jamais fazemos dela a mais remota ideia, quando considerada uma qualidade nos corpos.”

Hume concede, no entanto, que “as operações da Natureza são independentes de nosso pensamento e raciocínio”, tendo mesmo notado que “os objetos estão relacionados por contigüidade e sucessão; que se pode observar que objetos semelhantes guardam, em vários casos, relações semelhantes; e que tudo isso é independente e anterior às operações do entendimento. Mas se formos além, atribuindo um poder ou conexão necessária a tais objetos, isso é o que nunca observamos neles; essa ideia tem de provir daquilo que sentimos internamente ao contemplá-los.”

Após sugerir, de modo não muito claro, que sua explicação da ideia de poder aplica-se também à esfera das percepções (no sentido, por exemplo, em que se afirma que a observação da conjunção constante *produz* um certo hábito mental), Hume apresenta duas definições de *causa*, que representam “visões diferentes do mesmo objeto”. A relação de causa e efeito pode ser considerada tanto uma relação *filosófica* (uma comparação de duas ideias) ou uma relação *natural* (uma associação de ideias). Temos, assim, que uma causa é, respectivamente: 1) “Um objeto precedente e contíguo a outro, e onde todos os objetos que se assemelham ao primeiro guardam relações semelhantes de precedência e contigüidade com objetos que se assemelham ao segundo”; ou 2) “um objeto precedente e contíguo a outro, e a ele unido de tal modo que a ideia de um determina a mente a formar a ideia do outro, e a impressão de um determina-a a formar uma ideia mais vívida do outro.”

Encerrando, quatro “corolários” da doutrina da causalidade são apresentados:

Todas as causas são do mesmo tipo, a saber, *causas eficientes*. Não há fundamento para se traçar uma distinção entre causas eficientes e causas *sine qua non*, formais, materiais, exemplares e finais. A distinção entre causa e *ocasião* também deve ser rejeitada: “Se a conjunção constante estiver envolvida no que chamamos ocasião, ela será uma causa real; se não estiver, não será nenhuma relação, não podendo dar origem a nenhum argumento ou raciocínio.”

Há apenas um tipo de *necessidade*: “a distinção comum entre necessidade *moral* e *física* carece de fundamento na Natureza”. (O argumento de Hume neste caso envolve alguns pontos obscuros.)

A tese da seção 3, de que não é *necessário* que tudo o que começa a existir tenha uma causa, é agora mais fácil de aceitar.

“Nunca podemos ter razão para crer na existência de um objeto acerca do qual não possamos formar uma ideia.” (Exemplos, a serem considerados na parte IV: matéria e substância.)

Investigação sobre o Entendimento Humano, seção 7:

Da ideia de conexão necessária

Parte I

Hume inicia apontando as vantagens e desvantagens relativas das “ciências matemáticas” e das “ciências morais”. A principal dificuldade das primeiras é a “extensão das inferências” requeridas para que se chegue às conclusões; a das segundas é a “obscuridade das ideias” e a conseqüente “ambigüidade dos termos.” (§ 2)

Dado que nas ciências morais não há ideias “mais obscuras e incertas do que as de *poder, força, energia* ou *conexão necessária*” (3), Hume tentará nesta seção “fixar, se possível, o significado desses termos”. Após expor novamente a proposta da seção 2, ou seja, esclarecer as ideias pela apresentação das impressões que lhes deram origem, Hume lança-se na busca de impressões das quais poderia derivar a ideia de conexão necessária. (§ 3)

A primeira fonte possível dessa ideia que ele examina são os “*objetos externos*”. “Quando olhamos para os objetos ao nosso redor e consideramos a operação das causas, jamais somos capazes de identificar, em um único caso singular, qualquer poder ou conexão necessária, qualquer qualidade que ligue o efeito à causa e torne o primeiro uma conseqüência infalível da segunda. Descobrimos apenas que, de fato, o efeito se segue efetivamente à causa. O impulso da primeira bola de bilhar é acompanhado do movimento da segunda, e isto é tudo o que aparece a nossos sentidos *externos*. [...] Jamais podemos conjecturar qual efeito resultará de um objeto quando ele nos aparece pela primeira vez. Ora, se o poder ou energia de uma causa qualquer fosse discernível pela mente, seríamos capazes de prever o efeito mesmo sem nenhuma experiência, e poderíamos desde o primeiro momento pronunciarmo-nos sobre ele com segurança pelo simples recurso ao pensamento e raciocínio.” (§ 6)

Como as operações dos objetos externos não podem, em caso particular, fornecer-nos nenhuma ideia de poder ou conexão necessária, Hume passa a examinar se tal ideia proviria das “*operações de nossas próprias mentes*”, que podem ser de dois tipos: a ação da vontade sobre os órgãos corporais e sobre as próprias ideias. “Poder-se-ia dizer que estamos a todo instante conscientes de um poder interno, ao sentirmos que, por um simples comando de nossa vontade, podemos mover os órgãos de nosso corpo ou direcionar as faculdades de nosso espírito.” (9) Hume fornece, em cada caso, três argumentos contra a possibilidade de derivar dessa fonte a ideia de conexão necessária.

§ 10: É inegável que a vontade tem uma influência sobre os *movimentos corporais*. A experiência nos informa que tais e tais vontades se fazem acompanhar por tais e tais movimentos. “Mas os meios pelos qual isto se realiza, a energia pela qual a vontade executa uma operação tão extraordinária, disso estamos tão longe de ter uma consciência imediata que é de se supor que deve para sempre escapar às nossas mais diligentes investigações.” Isso porque:

1. “Se percebêssemos pela consciência algum poder ou energia na vontade, deveríamos conhecer esse poder, deveríamos conhecer sua conexão com o efeito, deveríamos conhecer a união secreta da alma e do corpo e a natureza dessas duas substâncias que torna uma delas capaz de operar sobre a outra em um número tão grande de casos.”
2. Nem todos os órgãos do corpo podem ser movidos pela vontade. Se estivéssemos conscientes do poder que a mente tem sobre o corpo, esse fato não nos seria inexplicável, como o é. “Perceberíamos então, independentemente da experiência, por que a autoridade da vontade

sobre o órgão do corpo está circunscrita a esses particulares limites.” Além disso, as pessoas amputadas ou afetadas por paralisias saberiam, antes de tentar, que não mais possuem o poder de mover seus membros.

3. Finalmente, a fisiologia nos mostra que, nos movimentos voluntários, o objeto imediato do poder não são os membros movidos, mas os músculos, nervos, espíritos animais ou algo ainda mais desconhecido. “Mas se o poder original [sobre os movimentos dos membros] fosse sentido, ele teria de ser conhecido, e se fosse conhecido seu efeito também teria de sê-lo, dado que todo poder é relativo a seu efeito. E *vice-versa*: se o efeito não é conhecido, o poder não pode ser conhecido, nem sentido. Como, na verdade, podemos estar conscientes do poder de mover nossos membros se não temos tal poder, mas apenas o de mover certos espíritos animais que, embora produzam ao fim e ao cabo o movimento de nossos membros, operam não obstante de uma maneira que está totalmente fora do alcance de nossa compreensão?”

§ 16: É igualmente inegável que por nossa vontade podemos fazer com que *as ideias* apareçam na mente, desapareçam etc. Mas “esse comando da vontade não nos dá nenhuma ideia real de força ou energia.” Pois:

1. (Argumento formalmente análogo a (1).) Da mesma forma que a nossa completa ignorância acerca da natureza da alma e do corpo e sua união prova que não temos consciência do poder da vontade sobre o corpo, nosso desconhecimento da natureza da alma e das ideias prova que não temos consciência do poder da vontade sobre as ideias. “Quando conhecemos um poder, conhecemos a exata circunstância na causa que a capacita a produzir o efeito, pois estes, supõe-se, não passam de sinônimos. Temos portanto de conhecer tanto a causa quanto o efeito, bem como a relação entre eles. Mas alegaremos porventura estar familiarizados com a natureza da alma humana e com a natureza de uma ideia, ou com a capacidade que tem uma de produzir a outra? [...] Tudo o que experimentamos é a ocorrência do resultado a saber, a presença de uma ideia seguindo-se à ordem da vontade; mas a maneira pela qual se realiza essa operação, o poder pelo qual ela se produz, isso está completamente além de nossa compreensão.”
2. (Argumento formalmente análogo a (2).) Se percebêssemos o poder que a mente tem sobre as ideias, saberíamos, anteriormente a qualquer experiência, que ele é limitado, bem como quais são seus limites.
3. O comando da mente sobre as ideias é variável, segundo a condição de saúde, a hora do dia etc. “Podemos dar alguma razão para essas variações exceto a experiência? Onde, então, está esse poder do qual alegamos estar conscientes? Não haveria aqui, seja na substância material, seja na espiritual, ou em ambas, algum secreto mecanismo ou estrutura de componentes de que o efeito depende e que, sendo-nos inteiramente desconhecido, torna igualmente desconhecido e incompreensível o poder ou energia da vontade?”

Os homens do povo nunca se admiram das operações ordinárias da Natureza; são apenas os fenômenos incomuns que os deixam perplexos, levando-os a imaginar certos princípios ocultos como sendo suas causas. Os filósofos, porém, percebem que a “energia da causa” dos eventos mais comuns é tão ininteligível quanto a dos extraordinários, e que “apenas aprendemos, pela experiência, a *Conjunção* freqüente dos objetos, sem jamais sermos capazes de compreender algo como a *Conexão* entre eles.” (21)

É por isso que vários filósofos conceberam teorias curiosas sobre as operações das causas em geral. Hume examina, em especial, o *ocasionalismo* de Malebranche e alguns de seus desdobramentos. Segundo essa doutrina, a fonte exclusiva e imediata de todo o poder é Deus; nem os corpos nem os espíritos criados são capazes de produzir coisa alguma.

Após notar que, ironicamente, os defensores de tal sistema acabam rebaixando a Divindade, ao invés de realçá-la, Hume apresenta duas objeções filosóficas. Primeiro, ao transcender completamente a esfera da experiência, esse sistema transporta-nos a uma “terra de fadas”, onde os métodos argumentativos usuais perdem toda aplicação. Depois, inquirendo sobre a origem da ideia de Deus, conclui que, não provindo ela senão da reflexão sobre nossas próprias faculdades, somos obrigados a confessar, em vista do que já foi estabelecido, que não conhecemos o poder do Ser Supremo. Portanto, se nossa ignorância acerca de algo fosse uma boa razão para rejeitá-lo, como argumentam os ocasionalistas quanto ao poder dos corpos e das almas, teríamos que rejeitar igualmente que Deus possua algum poder.

Parte II

“Em todos os casos isolados de operação de corpos ou mentes, não há nada que produza uma impressão, e, conseqüentemente, nada que possa sugerir uma ideia de poder ou de conexão necessária. Mas quando uma grande quantidade de casos uniformes se apresenta, e o mesmo objeto é seguido sempre pelo mesmo resultado, a noção de causa e de conexão começa a surgir à nossa consideração. *Experimentamos [feel]* então um novo sentimento [*sentiment*] ou impressão, a saber, uma conexão habitual, no pensamento ou imaginação, entre um objeto e seu acompanhante usual, e é esse sentimento que constitui o original que estamos buscando para aquela ideia. Pois, dado que essa ideia se produz a partir de um certo número de casos semelhantes e não a partir de qualquer um dos casos tomado isoladamente, ela deve ter origem naquela particularidade que faz com que uma multiplicidade de casos se distinga de cada um dos casos individuais. Mas essa conexão habitual ou transição da imaginação é a única circunstância que os distingue: em todos os outros aspectos são semelhantes. O primeiro caso que observamos de movimento transmitido pelo choque de duas bolas de bilhar (para retomar esta ilustração óbvia) é exatamente igual a qualquer outro caso que nos venha a ser apresentado neste momento, com a única diferença que, na primeira vez, não éramos capazes de *inferir* um acontecimento de outro, e agora, após uma longa sucessão de experiências uniformes, podemos fazê-lo.”

Esse trecho é a recapitulação da parte II feita por Hume no § 30. Atenhamo-nos ainda sobre alguns pontos relevantes, começando por uma famosa passagem do § 28 (grifamos):

“Quando dizemos, portanto, que um objeto está conectado a outro, queremos *apenas* dizer que eles adquiriram uma conexão *em nosso pensamento*, e dão origem a essa inferência pela qual se tornam provas da existência um do outro; uma conclusão um tanto extraordinária, mas que parece fundamentada em suficiente evidência.”

O que Hume diz aqui e em outros trechos semelhantes, especialmente no *Tratado*, foi tradicionalmente apontado como evidência a favor da tese de que ele considerava *sem sentido* afirmar a existência de poderes *nos corpos*. No entanto, essa interpretação tem sido questionada, com base em outras passagens. Vejamos, por exemplo, este trecho da nota ao § 29:

“Quanto ao freqüente uso das palavras ‘força’, ‘poder’, ‘energia’ etc., que ocorrem por toda parte tanto na conversação ordinária como na filosofia, isso não constitui uma prova de que estejamos familiarizados, em algum caso, com o princípio de conexão entre causa e efeito, ou de que uma explicação conclusiva da produção de uma coisa por outra esteja ao nosso alcance. Essas palavras, *tal como comumente empregadas*, têm um significado muito vago, e as ideias a elas associadas são muito incertas e confusas.”

Nosso destaque salienta que Hume admite que aqueles termos possuem *algum* sentido, quando ordinariamente os empregamos de forma realista, para designar poderes *existentes nos*

corpos ou nas almas, mas que esse sentido é confuso, porque “não temos uma noção distinta do que desejamos conhecer” (29).

No § 29 aparecem ainda as duas controversas definições humeanas de *causa* (destaques no original):

“Nossos pensamentos e investigações estão, portanto, ocupados a todo instante com essa relação [de causa e efeito]. E, contudo, tão imperfeitas são as ideias que fazemos dela que é impossível fornecer uma definição exata de causa, salvo as que provêm de algo que lhe é extrínseco e alheio. Objetos similares estão sempre conjugados a objetos similares; disso temos experiência. Podemos, portanto, de forma apropriada a essa experiência, definir uma causa como sendo *um objeto, seguido de outro, tal que todos os objetos similares ao primeiro são seguidos de objetos similares ao segundo*. Ou, em outras palavras, *tal que, se o primeiro objeto não existisse, o segundo jamais teria existido*. O aparecimento de uma causa sempre conduz a mente, mediante uma transição habitual, à ideia do efeito; disso também temos experiência. De forma apropriada a essa experiência podemos, portanto, formular uma outra definição de causa, e chamá-la *um objeto seguido de outro, e cujo aparecimento sempre conduz o pensamento àquele outro*. Mas embora ambas essas definições tenham sido extraídas de circunstâncias estranhas à causa, não podemos remediar essa inconveniência nem obter uma definição mais perfeita que possa apontar aquela circunstância na causa que lhe atribui uma conexão com seu efeito. Não temos ideia dessa conexão, nem uma noção distinta do que é que desejamos saber quando nos esforçamos para concebê-la. Dizemos por exemplo que a vibração desta corda é a causa deste particular som. Mas que queremos dizer com essa afirmação? Ou bem queremos dizer *que esta vibração é seguida por este som, e que todas as vibrações semelhantes têm sido seguidas por sons semelhantes*; ou bem *que esta vibração é seguida por este som e que no momento em que a primeira aparece a mente antecipa os sentidos e forma imediatamente a ideia do segundo*. Podemos considerar a relação de causa e efeito sob qualquer dessas perspectivas, mas, para além delas, não temos nenhuma ideia dessa relação.”